

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://revista.ufr.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4304590>

---



## GESTORES PEDAGÓGICOS EM ESCOLAS DE ENSINO INTEGRAL NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

*Karina Roberto Borges<sup>1</sup>*

*Silvia Tietê Figueiredo<sup>2</sup>*

*Wagner Feitosa Avelino<sup>3</sup>*

### Resumo

O presente texto tem por objetivo apresentar as diversas atividades desenvolvidas pelos Professores Coordenadores de Área de Conhecimento, das escolas do Programa de Ensino Integral, no estado de São Paulo, em tempo de pandemia da COVID-19. Após ser declarado o isolamento social, as aulas presenciais foram suspensas e para dar continuidade a educação de qualidade, recorreu-se ao ensino remoto. Como método, buscou-se analisar documentos estadual e federal, além de obras de autores que discutam a gestão escolar no contexto atual. Por fim, esses profissionais tornaram-se a amálgama do ensino durante esse período de pandemia, ao fomentar novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores.

**Palavras chave:** coordenador de área; COVID-19; ensino integral; ensino remoto; professor.

### Abstract

This text aims to present the various activities developed by the Coordinating Professors of the Knowledge Area, from the schools of the Integral Education Program, in the state of São Paulo, in a time of COVID-19 pandemic. After social isolation was declared, face-to-face classes were suspended and to continue quality education, remote education was used. As a method, we sought to analyze state and federal documents, in addition to works by authors who discuss school management in the current context. Finally, these professionals became the amalgamation of teaching during this pandemic period, by promoting new technologies in the teaching and learning processes of students and teachers.

**Keywords:** area coordinator; COVID-19; integral education; remote teaching; teacher.

Diante do contexto mundial, provocado pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), instituições educacionais no Brasil e no mundo interromperam suas atividades presenciais e adotaram o ensino remoto, por meio de atividades *on-line*, com o intuito de dar continuidade as atividades escolares.

O isolamento social, seja ele vertical ou horizontal, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) surgiu em função da emergência de saúde pública de importância internacional, caracterizando a Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) como uma pandemia, a qual passou a alterar as rotinas das relações intranacionais e internacionais (SENHORAS, 2020).

<sup>1</sup> Professora Coordenadora de Área de Linguagens, Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Santa Bárbara d'Oeste. Email para contato: [karinaborges@professor.educacao.sp.gov.br](mailto:karinaborges@professor.educacao.sp.gov.br).

<sup>2</sup> Professora Coordenadora de Área de Ciências da Natureza e Matemática, Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Santa Bárbara d'Oeste, Brasil. Email para contato: [tiete@professor.educacao.sp.gov.br](mailto:tiete@professor.educacao.sp.gov.br)

<sup>3</sup> Mestre em Educação e professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Americana. Professor Coordenador de Área de Ciências Humanas, Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Santa Bárbara d'Oeste. Email: [wagnerf@professor.educacao.sp.gov.br](mailto:wagnerf@professor.educacao.sp.gov.br)



No caso do Brasil, para conter a pandemia da COVID-19 entre a população, os órgãos de saúde federal, estadual e municipal recomendaram ações básicas, como distanciamento entre as pessoas, uso de máscaras, tratamento imediato nos casos confirmados, testes massivos, entre outros cuidados individuais e coletivos.

Com o número de 6.238.350 de pessoas confirmadas oficialmente com o vírus no país, e 171.974 de óbitos acumulados, em 28 de novembro de 2020 (BRASIL, 2020), de fato, o retorno as rotinas educacionais tornou-se incerto durante todo o ano letivo vigente, pois cada cidade ou região contou com uma propagação particular de contaminados ou mortos e mesmo assim houve uma pressão muito grande por parte da sociedade ao retorno das aulas presenciais, principalmente por aqueles que não perderam seus entes queridos para o Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2. Assim, o Ministério da Saúde no Brasil emitiu a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, (BRASIL, 2020) declarando emergência em saúde pública de importância nacional, em razão das infecções do novo coronavírus em cidadãos brasileiros.

Partindo desse pressuposto de uma pandemia generalizada, o Ministério da Educação (MEC) homologou a Portaria nº 345, de 19 de março de 2020, (BRASIL, 2020) com o objetivo de substituir as aulas presenciais por aulas remotas e evitar o contato físico de milhares de alunos em faixa etária escolar da Educação Básica, justamente para se cumprir os 200 dias letivos distribuídos em dois semestres, totalizando, no mínimo, 800 horas previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/1996 (BRASIL, 1996).

Desse modo, os cursos de formação continuada ganharam destaque, principalmente no que tange às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e às metodologias ativas, as quais valorizam o protagonismo estudantil e a prévia experiência que os alunos contemporâneos possuem. Em contrapartida, educadores têm encontrado, em tempo de pandemia, novas perspectivas na forma de educar e se capacitar. Para isso, os coordenadores pedagógicos das escolas regulares de ensino tiveram que desenvolver em pouco tempo de suas rotinas, formações que suprissem os conhecimentos básicos dos professores, para que pudessem utilizar os principais aplicativos e sites disponíveis, como: *Blogs, Google Classroom, Hangouts, Meet, Forms, Zoom, Teams, Youtube, Instagram, WhatsApp*, dentre outras ferramentas para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

É notório que as maiores dificuldades dos educadores da Educação Básica remetem ao uso de tecnologias, cada vez mais variadas e atualizadas, pois os professores não conseguem acompanhá-las, diante de tantas inovações. Segundo Souza (2016), há um grande déficit de incentivo das políticas públicas na implantação e capacitação dos profissionais da educação em lidar com a evolução tecnológica nos últimos anos.



Portanto, esse texto tem por objetivo principal apresentar as funções dos Professores Coordenadores de Área de Conhecimento [PCAs] do Programa de Ensino Integral [PEI] no estado de São Paulo, antes e durante a pandemia da COVID-19. Pois, nesse modelo de regime de dedicação plena e integral, todos os educadores têm prestado o trabalho de 40 [quarenta] horas semanais, o que de certa forma facilita o convívio e a formação entre os demais professores da Unidade Escolar.

Com a dedicação do trabalho integral e com o apoio pedagógico dos PCAs, mesmo em época de isolamento social, esses profissionais da gestão escolar continuam desenvolvendo o cumprimento de suas funções, por meio remoto, com objetivos de auxiliar alunos e professores no apoio pedagógico, na elaboração de materiais, atividades, provas e dos projetos de vida.

Por fim, é importante ressaltar que o conceito de gestão escolar, antes denominado por administração escolar, possuíam profissionais que apenas delegavam as funções aos subordinados. Na gestão escolar democrática atual, todos da equipe têm conhecimentos das funções a serem exercidas e auxiliam cotidianamente o grupo. Segundo Nascimento e Guimarães (2018), o governo passou a estimular a gestão escolar democrática nas últimas décadas, por meio de debates, decretos ou resoluções e práticas pedagógicas que subsidiassem esses profissionais que tanto careciam de formações continuadas. Corroborando, conforme Peroni (2012, p. 24), os “princípios de flexibilização, trabalho em equipe, compressão espaço-tempo, são respostas rápidas e criativas às demandas”. Portanto, em meio a pandemia, esses profissionais da gestão escolar tiveram que desempenhar suas funções durante o percurso do isolamento social e com todas as labutas existentes já pontuadas anteriormente.

## O PROFESSOR COORDENADOR DE ÁREA NO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL

As escolas do Programa Ensino Integral do estado de São Paulo, em suas diretrizes, buscam viabilizar metodologias para melhorar os indicadores de aprendizagem de seus alunos, o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) que é um indicador de qualidade utilizado nas séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Em decorrência do maior tempo em dedicação ao ensino de qualidade, a equipe de educadores do Programa de Ensino Integral (PEI) podem cumprir as habilidades e competências por meio do Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), além do diferencial das disciplinas da parte diversificada do programa.

Os Professores Coordenadores por Área (PCA), possuem responsabilidades bem específicas em suas determinadas áreas de conhecimento, como: Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, o que proporciona inúmeras vantagens desses profissionais em ambiente escolar, em que



se destacam na maior facilidade de apoio pedagógico aos professores. Assim, cabe a esses profissionais formar, acompanhar, executar, avaliar e orientar educadores em suas respectivas disciplinas. O diferencial pedagógico dos PCA no Programa de Ensino Integral é que ao longo da semana, eles cumprem também uma carga horária em sala de aula como professor, ficando, assim, mais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem da Unidade Escolar.

Nesse sentido, mesmo com inúmeras funções semanais, os PCA precisam estar atentos à formação continuada dos demais docentes e das dinâmicas de sala de aula. Ao refletir sobre a atual conjuntura da pandemia da COVID-19, as ferramentas tecnológicas têm-se aproximado dos educadores e alunos, por meio das plataformas digitais. É notório que a tecnologia tem ganhado espaço em todos os campos do conhecimento, o que não se difere em âmbito escolar.

De fato, a utilização das tecnologias facilita as práticas pedagógicas, aliás, seu uso é bem recorrente do cotidiano dos alunos do século XXI. É importante frisar que os coordenadores pedagógicos de uma instituição educacional não dominam todas as novas tecnologias e plataformas digitais, entretanto podem articular e fomentar a temática contemporânea e colaborar com o desenvolvimento intelectual nos processos de ensino e aprendizagem. As funções desempenhadas pelos Professores Coordenadores de Área devem estar agregadas às funções de gestores e professores da escola, tendo em vista que:

A função do gestor envolve a administração voltada à estrutura física geral e espaços de apoio pedagógico, aos níveis e modalidades de ensino oferecidas/clientela, aos recursos humanos da escola, à organização da rotina escolar, ao processo ensino aprendizagem e à construção do Projeto Político Pedagógico (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 54).

Segundo Lima e Santos (2007, p. 86) “o ato educativo não acontece somente numa mão, isto é, do professor que ensina para o aluno que aprende, também é resultante da ação entre ambos[...]”. Assim, essas trocas de saberes entre os integrantes da escola, tem provocado um interesse ainda maior nos educadores, mesmo com idades variadas e avançadas, o ato de aprender por meio das tecnologias tem despertado a importância dessas ferramentas como recursos facilitadores nos processos de ensino e aprendizagem. Diante dessa perspectiva, de gestão escolar Aragão e Venas (2014) apontam que:

A formação passa a ser vista como instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências, envolvendo valores, conhecimentos, habilidades para lidar com as mudanças aceleradas, contextos complexos, diversos e desiguais, para aprender e compartilhar decisões, envolvendo maior participação dos membros da sociedade e para adaptar-se permanentemente às novas circunstâncias [...] (ARAGÃO; VENAS, 2014, p. 127).



Os coordenadores pedagógicos nas escolas têm produzido contribuições além das questões pedagógicas de formação, sendo solicitados constantemente nos quesitos administrativos, como na análise dos documentos e atendimento aos pais e alunos. Assim, o coordenador tem sido um profissional importantíssimo na interação entre os indivíduos da comunidade escolar. Cabe aos Professores Coordenadores de Área conhecerem todos os educadores, juntamente com suas limitações pedagógicas e suas virtudes profissionais, para a partir daí formá-los e avaliá-los em suas respectivas funções em prol da educação de qualidade no país.

## O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A priori, a Educação a Distância (EAD) era uma prática pedagógica recorrente do Ensino Superior, mas com os diversos pareceres e portarias sobre quarentenas e *lockdowns*, o ensino remoto tornou-se inevitável. Assim, o cotidiano desses indivíduos está sendo marcado historicamente e culturalmente a partir da pandemia da COVID-19. Fato que não ocorria desde a Gripe Espanhola que deixou um rastro de mais de 50 milhões de mortos pelo mundo.

Os diversos estados da nação brasileira têm-se mostrado preocupados com o ensino na Educação Básica, ora desenvolveram ferramentas ou centro de mídias, ora compraram pacotes com programas de *software* para contribuir na formação continuada dos professores da rede e facilitar o acesso do ensino aos alunos, alinhados à contemporaneidade. Plataformas digitais e redes sociais são citadas como subsídios de formação nos processos de ensino e aprendizagem, e no estreitamento do contato virtual entre alunos e professores. Uma das ferramentas recorrentes que vale ressaltar é o *Microsoft Forms* que permite criar pesquisas ou questionários para enviar a alunos, pais ou professores, cujos resultados podem ser deslocados para o *Excel*, permitindo assim produzir gráficos mais precisos das atividades respondidas. Outra ferramenta bem relevante, utilizada pelos educadores para marcar reuniões pedagógicas ou plantões de dúvidas com alunos, é a denominada de *Microsoft Teams*, na qual o educador pode agendar e gravar a reunião, disponibilizando posteriormente aos ausentes.

Para aqueles que não possuem acesso à internet, as escolas têm elaborado logísticas para disponibilizar aos responsáveis e alunos as atividades impressas, seja distribuído com retirada do material em horário pré-determinado com a coordenação pedagógica na escola, com envio pelos correios ou pagando entregadores em alguns casos. Embora não atingindo todos os alunos com o comprometimento escolar, percebe-se que os resultados ainda são positivos nesse quesito, pois tanto alunos quanto professores têm mantido o vínculo com os demais por meio dos recursos de acesso digitais. A saber, em sua quase totalidade, ou seja, 99,2% da população brasileira faz o uso do telefone



celular o que de certa forma auxilia na comunicação, principalmente por meio de aplicativos e redes sociais (IBGE, 2018).

Essas ferramentas vão desde aquelas mais complexas que envolvem altas tecnologias, como aquelas que enviam uma simples mensagem de texto. Mas, de suma importância dentro desse contexto de ensino remoto em tempo de pandemia. Salientamos que esses profissionais têm buscado, em apenas um semestre de pandemia, gravar aulas, áudios, elaborar jogos, textos, entre outros materiais pedagógicos para suprir o distanciamento entre seus alunos. Para *Rampelotto et al.* (2015) o papel dos gestores educacionais “[...] vão além de gerir a escola e o seu funcionamento, é um papel que deve abordar esta demanda tecnológica favorecendo o processo de ensino aprendizagem [...]”

Em um discurso de amplo apoio à educação de qualidade, percebeu-se que grande parte da população não tem conexão mínima de internet, aparelhos tecnológicos como notebooks ou celulares para acesso aos conteúdos escolares ou conhecimentos básicos de informática. Além do exposto, a dedicação por parte dos alunos não tem sido satisfatória, embora esses, muitas vezes, preferem ficar nas redes sociais a se debruçarem integralmente aos estudos. Essas atitudes de certa forma têm fomentado nos educadores, pesquisadores e pais, uma reflexão sobre a atual conjuntura, remetendo às práticas das metodológicas ativas, e almejar o protagonismo estudantil para a aprendizagem dos alunos.

Para minimizar os impactos da pandemia da COVID-19 no campo educacional, além dos investimentos em políticas públicas educacionais, os coordenadores pedagógicos também têm a missão de despertar um maior interesse pelo uso das ferramentas digitais por parte dos professores. Assim, com cada formação continuada bem sucedida, mais alunos são impactados com as metodologias inovadoras, ao quebrar paradigmas das aulas monótonas e tradicionais muito praticadas no ensino presencial.

De fato a educação é amparada pelos atos constitucionais, prevista no artigo 205, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na LDBN (BRASIL, 1996) e no Estatuto da Criança e Adolescente [ECA] (BRASIL, mas tem sido questionada por toda a sociedade no que tange à qualidade do ensino. Onde está o erro? Nos pais? Nos professores? Na equipe gestora? Nas políticas públicas educacionais? É fundamental salientar que não há apenas um culpado, todavia sendo nítida a transmissão de culpa entre os setores supracitados. Desse modo, cabe a sociedade em geral conscientizar-se que uma educação de qualidade tem o impacto de mudar atitudes e conseqüentemente toda a nação.

Portanto, o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19 trouxe reflexões ao campo educacional e afetou diretamente o comportamento de pais, alunos e professores, que terão uma nova atitude ao pensar no antes e no depois do coronavírus.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e com o aumento exponencial de contaminados com o coronavírus no país, o impacto educacional ainda não pode ser analisado de forma eminente, pois esses resultados quantitativos e qualitativos se dão por meio dos índices estaduais e federal, através das avaliações em larga escala e dos estudos etnográficos no/do/sobre o cotidiano escolar, o que de fato só poderão ser analisados nos próximos anos.

Acredita-se que, durante e pós-pandemia, as discussões e reflexões não irão se esgotar. Assim, o enfrentamento ao vírus tem provocado embates políticos, econômicos e sociais. Justamente porque muitos alunos não têm condições financeiras para permanecerem em isolamento social e dependem diretamente do auxílio emergencial do governo federal, de parentes ou amigos.

Diante dessa análise acerca das funções do Professores Coordenador de Área, percebemos que os problemas vão muito além das questões educacionais que têm surgido em meio a pandemia cabendo a esses educadores observar cada situação e as particularidades no que tange o cognitivo dos alunos. Há alunos que não desenvolvem as atividades por não terem acesso à internet, por não terem acesso aos materiais impressos, por terem dificuldades de aprendizagem ou simplesmente por não terem o mesmo comprometimento com o ensino presencial. Nesses casos, é função da coordenação pedagógica entrar em contato com os pais e avisá-los de suas responsabilidades sobre seus pupilos, conforme as leis vigentes. Assim, os pais e a escola são a parceria perfeita para um ensino de qualidade que ambos almejam.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. W. M.; VENAS, R. F. **Desafios da gestão escolar**: contribuições para o debate. Salvador: EDUFBA, 2014.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05/06/2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 22/07/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 345, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 05/06/2020.





BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil** [28/11/2020]. Disponível em: <<http://susanalitico.saude.gov.br>>. Acesso em: 06/07/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 05/06/2020.

CASTRO, A. M. D. A. “Gestão da educação e novas formas de organização do espaço escolar”. **Anais do Seminário da ANPAE 2012**. Natal: UFRN, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “O uso de internet, televisão e celular no Brasil”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2018]. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br>>. Acesso em 04/07/2020.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. “O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas”. **Educere et educare**, vol. 2, n. 4, 2007.

NASCIMENTO, L. P.; GUIMARÃES, V. N. “Gestão Escolar no Brasil: reflexões sobre ótica da reforma do estado e da modernização da gestão pública”. **Perspectiva**, vol. 36, n. 3, 2018.

OLIVEIRA, A. K. S. *et al.* “Gestão, Coordenação e Orientação Educacional: trabalho integrado para o bom funcionamento da escola”. **Revista Pesquisa & Criação**, vol. 10, n. 1, 2011.

PERONI, V. M. “A democratização da escola em tempos de parceria entre o público e o privado”. **Revista Pró-posições**, vol. 23, n. 2, 2012.

RAMPELOTTO, E. M. *et al.* “Gestão Escolar: o uso das tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades”. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUCPR, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do São Paulo. “Currículo Paulista”. **Portal Eletrônico da Escola de Formação dos Profissionais da Educação** [2019]. Disponível em: <<http://www.escoladeformacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 06/06/2020.

SENHORAS, E. M. “COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

SOUZA, A. I. P. “Analfabetismo Digital na Educação”. **Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, vol. 4, n. 5, 2016.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://revista.ufrr.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima